

**CONFLITOS COLONIAIS E AS MISSÕES:
Uma avaliação das estruturas sócio-econômicas do Paraguai
(Séculos XVI e XVII)**

Ernelo Schallenberger *

INTRODUÇÃO

As ciências sociais, com seus métodos e teorias, tiveram, nos últimos anos, influência considerável na determinação das novas tendências da investigação histórica. A colaboração e a integração interdisciplinar concorreram, de forma decisiva, para a compreensão da estrutura e das alterações conjunturais da sociedade. Isto garantiu aos historiadores a assunção de uma nova posição conjuntural crítica em relação a época histórica em que se situam ou que é objeto de suas investigações.¹

As tendências atuais das ciências históricas buscam fundamentar-se na reinterpretação permanente do passado e do presente. Para tanto reclamam a discussão exaustiva, a informação e as reflexões teóricas. A sondagem profunda, o desapego ao saudosismo, o planejamento do presente e a projeção para o futuro,² são condições sem as quais a história não encontra sentido explicativo. A busca da explicação do passado do homem, em sociedade, deve fundamentar-se não só nos fatos do passado, mas também em critérios metodológicos e em um referencial teórico, que se constitui numa espécie de utopia da ciência. A dimensão histórica do vir-a-ser das sociedades humanas, que são sempre projeto em construção, faz com que a história seja sempre uma ciência em elaboração. A simples narração dos fatos episódicos não nos permite compreender as estruturas sociais e o processo de mudança gerado no interior das sociedades históricas que são objeto da investigação histórica.

Como o objeto da história é sempre uma reconstrução dos fatos do passado, tendo o presente como referência e o historiador como o seu construtor, ele é sempre particular. O historiador, que busca examinar o passado do homem em sociedade, firma um diálogo entre alguém que está no presente, ele o historiador, e os fatos do passado.³ Por esta razão, os fatos, que são elementos básicos da análise histórica, dependem da escolha e da classificação do historiador. É o historiador que determina que fatos escolher. Embora sendo um elemento da realidade que pode servir de base para um raciocínio ou uma hipótese, o fato histórico é, antes de tudo, um fenômeno de opinião.⁴ Contudo, o historiador, mesmo que revelando e reordenando os fatos, não lhes pode determinar a essência, pois em todo o fato aparece uma parte do individual e uma parte do social.⁵

A localização dos fatos no tempo e no espaço é condição *sine qua non* do seu *status* como fatos históricos, adverte Ciro Flamarion Cardoso.⁶ O fato, ou o conjunto de fatos devem ser entendidos em sua época e dentro das limitações do seu tempo. De forma similar, Carr admoesta que "a história não pode ser escrita a menos que o historiador possa atingir algum tipo de contato com a mente daqueles sobre quem está escrevendo". E, ainda, que a missão do historiador é dominar e entender o passado para a compreensão do presente, embora só possamos atingir a compreensão do passado com os olhos do presente.⁷ Marc Bloch, que define a história como a "ciência dos homens no tempo", diz que o historiador precisa regredir no tempo para que possa buscar a verdade histórica.⁸ Esta regressão no tempo permitiria um maior desvencilhamento das paixões do aqui e agora e oportunizaria uma maior neutralidade, o que favoreceria à objetividade histórica.

A análise das condições objetivas que permitem situar os fatos no espaço, em um tempo determinado, é fator indispensável para que se possa fazer ciência histórica.⁹ Pierre Vilar, acentua que, antes de se poder enfrentar as relações dos homens entre si, o historiador deve saber mensurar as dificuldades e as facilidades oferecidas pela natureza.¹⁰ O espaço geográfico e o espaço étnico-cultural são elementos de apoio básicos para o estudo da história. O estudo das missões jesuítico-guaranis do Paraguai¹¹ deve

ser feito, tomando-se em conta o movimento global da expansão da sociedade estatal e capitalista espanhola e as condições objetivas que esta sociedade encontrou na América, mais especificamente na região do Paraguai, para implantar o seu projeto de sociedade colonial e o seu modelo de desenvolvimento.

No presente estudo, buscar-se-á o enquadramento espaço-temporal da região do Paraguai para que se tenha, como condição primeira, a possibilidade de entender as facilidades e as dificuldades encontradas pela sociedade expansionista para implantar o seu modelo. Considerando os limites do meio e as possibilidades do aproveitamento da bacia de mão-de-obra disponível na região do Paraguai para a empresa da colonização, analisar-se-á, num segundo momento, o confronto das estruturas sociais e dos sistemas de produção da sociedade tribal indígena e da colonial espanhola. Nesta perspectiva, de análise histórico-estrutural, buscar-se-á a partir de um contexto mais amplo, perscrutar o duplo movimento de projeção colonialista sobre o Paraguai, tendo de um lado o pólo de expansão espanhol e de outro, o português; estabelecendo assim uma relação entre os interesses e os conflitos resultantes deste movimento. A sociedade tribal indígena será situada em torno dos desafios que lhe são impostos e dos conflitos e transformações que sofre a nível de estrutura sócio-econômica, em decorrência da integração da sua força de trabalho no sistema colonial.

Depois de considerar as relações entre sociedade tribal e sociedade colonial expansionista, tendo como substrato básico as relações de trabalho, o presente estudo pretende uma análise e revisão da estrutura interna e do significado das reduções no contexto colonial. Buscará entender as reduções como um projeto de sociedade colonial emergido do movimento global da sociedade espanhola, que, em época determinada, se impôs como solução aos conflitos coloniais surgidos em torno da questão de mão-de-obra e dos problemas de fronteira.

1 — O processo de colonização da América e as missões

A análise das formações sociais e a compreensão de suas estruturas básicas requer do historiador uma posição conjuntu-

ral crítica que é possível na medida em que se estabelecer uma relação dialética entre as diferentes estruturas que formam o conjunto da realidade histórica. Neste sentido, faz-se necessário antes uma intervenção diacrônica na realidade, para que se possa buscar, através do conjunto das relações, uma análise sincrônica que se aproxime do entendimento do todo.¹² As unidades históricas¹³ só adquirem sentido se localizadas num tempo e num espaço determinado. O enquadramento espaço-temporal remete o historiador ao universo da geografia e das demais ciências humanas, sem o auxílio das quais não se faz possível a construção da ciência histórica. A localização dos fatos no tempo e no espaço empresta à história uma certa conotação geo-histórica, numa perspectiva interdisciplinar de alcance e análise do objeto da ciência histórica. Diante disto, estabelece-se um conjunto de relações que configuram a amplitude e a complexidade do objeto da história. As relações dos homens, no tempo e em um espaço determinado, nunca podem ser consideradas em situações estanques, mas relacionadas com as de outros tempos e outros lugares.¹⁴ A tentativa do estabelecimento dos fatos de longa duração permite inferir com maior precisão os elementos que marcam as formações histórico-sociais.¹⁵ Assim se fará possível compreender a estrutura e as alterações conjunturais das sociedades, que são objeto de estudo da história.

Nesta perspectiva, as missões jesuíticas com os guaranis devem ser analisadas tendo-se em conta o período histórico em que ocorreram, sem o que não se pode descobrir o espírito da época e os fatores ideológicos que determinaram a sua concretização. O estudo do meio, as relações dos homens com este meio e a organização do espaço, a partir destas relações, indicam e aproximam a averiguação da América pré-colombiana, com suas sociedades tribais e como a sociedade expansionista européia se projetou sobre o espaço e as sociedades primitivas.¹⁶ A estruturação da sociedade colonial, tanto através do sistema de "encomiendas" quanto das reduções, se processou a partir dos movimentos da sociedade global espanhola e do confronto dos projetos de sociedade colonial com a estrutura tribal das sociedades nativas.

As reduções não foram invenções dos jesuítas, mas a expressão dos interesses do Império Espanhol, cuja legislação prescrevia

a forma pela qual os índios deveriam ser integrados ao mundo hispano-cristão.¹⁷ Esta considerava os padres e os encomenderos tutores dos índios por delegação do rei. As missões jesuítico-guaranis não se estabeleceram no início da colonização, mas apareceram depois de meio século de colonização. Resultaram em decorrência dos conflitos gerados entre colonos espanhóis e índios, motivados pela exploração da mão-de-obra destes por aqueles. Além da crise interna do sistema colonial, configurado em torno dos conflitos colono-índios, a investida bandeirante sobre as áreas de colonização espanhola fez a estrutura dominante da sociedade espanhola projetar as reduções como estratégia de separação dos estabelecimentos espanhóis dos portugueses.¹⁸ Assim, as reduções foram responsáveis não só pela educação religiosa, mas também pelo futuro colonial da Espanha.¹⁹

A observação do movimento das sociedades, espanhola e indígena, a sua estruturação e os mecanismos que a conduzem exigem uma análise de coerência que não se contenta com simples evocações e reconstruções. Para tanto, a análise histórica das reduções exige que o historiador se defronte com certas condições objetivas e perceba que na base de toda a história existem "condições geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas etc."²⁰ O corte no tempo histórico e a limitação no espaço são condições necessárias para que se possa aprofundar a compreensão histórica. Assim, o conjunto da experiência reducional não poderá ser abarcado de uma só vez, tendo em vista que a sua duração atinge mais de século e meio e sua realização se dá em contextos sócio-econômicos e políticos diferentes. As regras tendenciais das ciências humanas fazem com que a história se auxilie de métodos de análise e de teorias das ciências que se preocupam com o social, sem, contudo, se confundir com o seu objeto.²¹ O concurso destas ciências, para a construção do conhecimento histórico, faz com que o objeto da história possa compreender variadas formas de abordagem, numa perspectiva de análise econômica, social, política, religiosa, etc. Neste sentido, a compreensão global de uma realidade histórica exige a investigação, o estudo e a análise particularizada de todas as estruturas que concorreram para a sua formação.

Os fatos históricos, que são os elementos básicos para o estabelecimento de um raciocínio ou de hipóteses para a cons-

trução científica, devem ser, pois, agrupados em pequenos conjuntos, o que possibilitará o entendimento da sua articulação interna, bem como da sua relação com os outros conjuntos e com a conjuntura maior.²² As missões jesuíticas podem ser enfocadas, portanto, sob o enfoque sócio-cultural, sócio-econômico, político, etc., sempre que se entenda que cada uma destas abordagens revelam uma face da realidade como um todo.

2 – Movimentos de fronteira e as missões do Itatim

O estudo das reduções jesuíticas na América Espanhola tem nas missões do Itatim uma situação histórica típica, que concorre substancialmente para alargar a compreensão da experiência missioneira e do movimento de conquista e colonização do Novo Mundo. As missões do Itatim compreenderam seus limites temporais de 1631 a 1647. Neste período, os jesuítas empreenderam uma experiência reducional que reuniu cerca de 7.500 índios itatins. A região abrangida pelas missões do Itatim correspondia mais ou menos com o atual pantanal do sudoeste do Mato Grosso. Frei Gabriel de Valência em sua carta-resposta ao governador de Tucumã, de 8 de maio de 1657, informava que as missões jesuíticas estavam distribuídas em quatro regiões bem definidas: as do Paraguai, as do Paraná, as do Itatim e do Uruguai. Indicava, ainda, que no Paraguai existia uma só redução, a de Santo Inácio, que servia de primeira paragem para os comerciantes; no Itatim, segunda paragem dos comerciantes, existiam quatro reduções; e no Paraná, nas proximidades de Vila Rica, onde se beneficiava a erva do Paraguai, existiam muitas reduções, sem que precisasse o número.²³

Historiadores, que não conseguem perceber a estrutura dominante da sociedade ibérica e a conjuntura histórica na qual se processou o domínio e a colonização do Novo Mundo, consideram as missões como um episódio marginal na história colonial latino-americana. A América foi colocada sob o regime de patronato em matéria de nomeações eclesiásticas, e o Rei da Espanha e o seu Conselho exerceram todos os poderes que normalmente pertenciam ao Papa ou às Igrejas.²⁴ Por outro lado, no caráter

expansionista da sociedade global ibérica, é preciso que se entenda que a Espanha só encontraria igual riqueza a das especiarias portuguesas no Oriente, após a conquista dos impérios americanos e o descobrimento das minas de Potosí.²⁵ Toda a ação missionária se inseriu dentro de um quadro de diretrizes institucionais que foi historicamente determinado a partir do tipo de estrutura social dominante que lhe deu suporte e legitimidade.²⁶

O confronto de interesses da Espanha e de Portugal sobre o domínio do Novo Mundo determinou que a importância estratégica do Itatim fosse notável. Para os paulistas significou uma zona de passagem para a Amazônia e, por extensão, às minas no Alto Peru.²⁷ Ao fundar as reduções, os jesuítas não só concretizaram uma obra de evangelização, mas, ao mesmo tempo, buscaram solucionar os atritos entre colonos e índios e defenderam a província espanhola do Paraguai do ataque dos bandeirantes. A importância estratégica da região, onde foram estabelecidas as reduções jesuíticas, não se limitava só à defesa do caminho de Potosí e do Peru, mas também à existência de estabelecimentos espanhóis no Rio da Prata, adverte Máxime Haubert.²⁸ Os interesses imperiais, que nortearam a fundação das reduções, estiveram impregnados por uma preocupação de fronteira colonial. Este fato emprestou à organização das reduções um certo caráter militar de defesa, o que muito bem caracterizou, em recente trabalho, Arno A. Kern.²⁹

Para Regina Gadelha, a região do Itatim constituiu-se em um caso singular de economia natural, não monetária, uma vez que isolada do Paraguai colonial, o processo de economia natural fundamentou-se no aproveitamento da mão-de-obra nativa. Desta situação histórica deduz as relações de trabalho e a estruturação da sociedade colonial, a partir do processo de exploração de produtos naturais, admitindo uma concepção teórica que privilegia a infraestrutura na relação infra e super-estrutura.³⁰ Neste sentido, faz-se mister perscrutar, além do mais, a projeção do capitalismo e a exploração que exerce sobre o Novo Mundo, para que se possa entender as forças que moveram o processo de colonização da América.

As reduções não só representaram um dentre tantos caracteres filosóficos-políticos projetados na América e presentes na

Europa. Para tanto, torna-se interessante que na análise do processo histórico das reduções se estabeleça uma situação de relação igualitária entre infra e super-estrutura, na perspectiva de Gramsci.³¹ Máxime Haubert acentua que toda a carga moral da sociedade hispano-cristã foi projetada sobre as sociedades tribais e que isto se refletiu diretamente sobre a organização do espaço colonial. Assim, quando da fundação das reduções tratou-se de fazer com que os índios se cobrissem da nudez e habitassem uma casa unifamiliar, com o fim de evitar o pecado, configurado em torno da promiscuidade e do casamento poligâmico.³² Esta busca de introdução da sociedade pré-estatal e tribal nos padrões culturais e morais da sociedade estatal capitalista revela a projeção colonialista impregnada de interesses de dominação, do que resultou o etnocídio e o genocídio dos índios da América.

3 – Estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial

A articulação entre o estado colonial e as comunidades primitivas implicava na desestruturação da tradição das tribos indígenas em função da introdução de novas formas de trabalho, responsáveis para garantir a empresa da colonização. Os colonos espanhóis, que se estabeleceram no núcleo colonial de Assunção durante o século XVI, foram obrigados à uma rudimentar economia de subsistência, uma vez que a inexistência de metais preciosos não lhes possibilitou esta atividade de acumulação de riquezas. Quando os metais preciosos não mais figuraram nos planos dos colonos da região paraguaia é que começou o comércio de troca de produtos coloniais. A exploração destes produtos passou a exigir um maior aproveitamento da mão-de-obra nativa, abundante naquela região. Por outro lado, a partir do momento em que se verificou o descobrimento das minas de prata de Potosí, em 1545, o Paraguai, bem como a Província do Rio da Prata, do Chile e de Tucuman passaram a figurar na rota do tráfico internacional.³³ Estes fatores concorreram de forma decisiva para uma sempre maior subjugação da força de trabalho indígena, o que começou a dificultar sempre mais as relações entre colonos e índios.

A crise das relações entre índios e colonos repercutiu muito sobre o processo de colonização do Paraguai e se agravou mais ainda no momento em que a principal rota comercial entre o Alto Peru e o Prata passou a excluir a região assuncenha. Com isto, houve uma queda demográfica e uma decadência do comércio. Regina Gadelha associa a crise do Paraguai à proibição da exportação de erva-mate e tabaco, por Hernandarias, que alegava tratar-se de produtos geradores de vício, à concessão feita aos portugueses, em 1595, de introduzirem negros e mercadorias através do Porto de Buenos Aires e a queda da produção de Prata nas minas de Potosí.³⁴ Estes fatores concorreram duplamente para a queda do comércio paraguaio: se, por um lado, a proibição da exportação dos principais produtos, erva e tabaco, limitaram a atividade econômica no Paraguai, por outro, os produtos portugueses invadiram o mercado estabelecendo uma concorrência irrisistível.

Neste contexto de crise, as relações de produção do Paraguai colonial do século XVI e início do século XVII limitaram-se ainda mais à agricultura de subsistência amparada no trabalho indígena. Assim, o índio passou a figurar sempre mais como instrumento de trabalho e peça importante na economia colonial. Com a queda dos produtos de exportação do Paraguai e o avanço do comércio português, os índios, a partir de determinado momento, não só mais sustentavam a atividade agrícola, mas adquiriram valor comercial e passaram a se constituir em fonte de renda para os colonos espanhóis.³⁵ Vendiam-nos ou os trocavam com os paulistas para serem comercializados como força de trabalho.

Embora as instituições coloniais velassem para que a religião e a justiça fossem a base do novo regime das terras colonizadas,³⁶ as condições objetivas de vida material levaram os colonos a práticas que configuraram o mais vil estado de subjugação dos povos nativos. E para isto, houve a aliança dos colonos com outras tribos indígenas, que contribuiriam grandemente para a subjugação das tribos rebeldes ou inimigas. A aliança de paz entre os espanhóis e os guaranis, que implicava na concessão de mulheres, estabelecia um vínculo de parentesco que impunha obrigações de reciprocidade e um certo vínculo político entre os

dois povos.³⁷ Os conquistadores souberam, contudo, aproveitar os elementos culturais dos conquistados que, associados à força de trabalho, possibilitaram uma estrutura econômica capaz de manter um excedente que garantia a sobrevivência e a dignidade dos colonos. Esta estrutura fundamentou-se basicamente no aproveitamento do braço indígena que, através da coivara, foi criando condições infra-estruturais que possibilitaram a introdução de relações de trabalho e produção tipicamente europeus.

Na região do Prata quase inexistia a economia de mercado e o tipo de economia comunal, muito praticado na Espanha e em outros países europeus, se impunha como uma solução para o sistema colonial.³⁸ Por outro lado, a teologia colonial considerava os índios como crianças perversas e o controle sobre eles só se faria possível num sistema comunitário. Pela legislação os colonos espanhóis e os padres eram considerados tutores dos índios, por delegação do rei.³⁹ Nestas circunstâncias que surgiu o sistema de "encomiendas" que se baseou na prestação de serviços. A "encomienda" se estruturou de acordo com as relações que se estabeleceram entre índios e espanhóis. De uma maneira genérica, pode-se distinguir dois tipos de encomienda: o yacónato e a mita. O yacónato caracterizava-se como um serviço pessoal que colocava os índios na pior situação de servidão. A mita consistia numa espécie de tributo, que consistia trabalhar por um tempo limitado aos espanhóis em troca de proteção. Os colonos espanhóis tinham, por sua vez, a obrigação de cristianizar os índios encomendados.⁴⁰ Jaime Cortesão informa que as "encomiendas" foram distribuídas na região do Guairá, que fazia parte da Província do Paraguai, não representaram ocupação efetiva do solo, mas, mais do que tudo, o aproveitamento da força de trabalho dos índios.⁴¹ A estrutura sócio-econômica do Paraguai, na sua relação hispano-guarani, se assentou fundamentalmente sobre três elementos: a economia agrícola dos guaranis, que assegurava abundância de alimentos; o aproveitamento da mão-de-obra, especialmente de mulheres, "criadas", que, além de dominarem melhor a técnica agrícola que os homens, serviram de amantes aos colonos, resultando a origem dos mestiços; e, a amizade com os guaranis, e a inimizade destes com os índios do complexo chaquenho-guaicurú, como instrumento de conquista,

de subjugação e até de destruição de outras populações indígenas.⁴² Deste modo, a economia dos guaranis e a sua estrutura social concorreu significativamente para a organização do espaço colonial na região do Paraguai. O pacto entre guaranis e espanhóis encontrou no desejo de expansão e busca o fundamento comum.⁴³ A introdução de elementos novos na cultura guarani e o aproveitamento das mulheres guaranis pelos espanhóis começou a significar a destruição deste povo primitivo como raça e como cultura.

4 – O projeto de sociedade reducional e sua relação com os colonos e índios

As missões representaram para os colonos paraguaios um sistema rival, de apropriação da mão-de-obra indígena. Surgiram como um projeto de sociedade que tinha como meta primordial pôr fim aos conflitos e aos vícios coloniais. Não só se empenharam, portanto, pela conversão dos índios ao cristianismo como, também, pela libertação dos guaranis encomendados.⁴⁴

Os jesuítas promoveram uma verdadeira revolução econômica e social no meio das tribos indígenas. As reduções representaram para os jesuítas a organização de um espaço novo, pois entendiam os índios como um povo disperso e pagão.⁴⁵ A estruturação de um espaço novo através das missões aconteceria tendo em vista e por objetivo o controle da população indígena sob um triplo plano: econômico, político e religioso.⁴⁶ Nesta perspectiva global, a religião tinha, contudo, a função de facilitar e possibilitar a implantação das outras duas instituições.⁴⁷ Os índios, por seu turno, tinham uma visão unívoca da realidade. Para eles a concepção do espaço era algo inerente ao seu próprio modo de ser. A concepção mítica da realidade e a sua forma natural de viver fizeram com que o espaço tivesse ao mesmo tempo um sentido religioso, sócio-econômico e político.⁴⁸ Diante destas situações típicas de contato colonial, configurou-se um verdadeiro confronto de duas estruturas sócio-culturais antagônicas: uma representando a sociedade estatal expansionista e a outra a sociedade primitiva tribal.

Pierre Vilar assegura que "a inovação é da ordem do acontecimento, mas a implantação está ligada às condições gerais de estrutura e de conjuntura".⁴⁹ Neste sentido, o projeto de sociedade colonial, com estrutura reducional, foi projetado sobre a sociedade tribal guarani, que esteve em situação de crise. Os guaranis, parcialidade indígena de maior expressão na região do Paraguai, sentiram os efeitos dos conflitos coloniais decorrentes da ação dos espanhóis, que aliando-se a eles os subjugaram e jogaram-nos contra outras tribos, e dos portugueses, que sobre eles projetaram um comércio de mão-de-obra. A desintegração progressiva dos guaranis fez surgir no meio deles movimentos messiânicos que apregoavam a volta do "herói-civilizador" e alvejavam a "terra sem males".⁵⁰ No processo de desestruturação da sociedade tribal guarani, a presença dos jesuítas, com a sua proposta reducional, representou, em parte, uma resposta aos movimentos messiânicos. A figura do padre foi associada, de certa forma, a do herói civilizador que os conduziria à "terra sem males". Vivendo sob constante ameaça, tanto pela expansão colonial espanhola quanto pela portuguesa, os guaranis perceberam seu espaço existencial sendo tomado e deturpado em função da nova realidade que se lhes vinha sendo imposta. A garantia que os missionários jesuítas ofereceram aos índios guaranis, de que, em se reduzindo, estariam livres dos trabalhos forçados dos encomenderos e protegidos contra os ataques dos paulistas e teriam a condição de igualdade com os demais cidadãos espanhóis, representou para eles a retomada do seu espaço existencial, onde poderiam livremente cultivar as suas tradições e organizar a sua vida. Contudo, as reduções, como um novo projeto para a sociedade colonial em crise, inseriram-se num plano político e econômico maior pelo qual buscavam integrar a bacia de mão-de-obra disponível ao sistema de produção e defesa colonial,⁵¹ no sentido de garantir os domínios e as almas para a fé católica.

As reduções apresentaram-se como uma forma viável e possível de transformar as estruturas da sociedade colonial que vinha se formando a partir dos colonos espanhóis e principalmente da sociedade tribal. Através dela se iniciaria um verdadeiro processo de destribalização em função da espanholização do índio. O índio, vivendo em estado primitivo, era menos individual e mais moldado pela sociedade do que o homem moderno. Carr adverte

que quanto mais simples uma sociedade mais uniforme ela é.⁵² Os jesuítas começaram a introduzir formas complexas de vida e de organização social. A exigência da mudança dos costumes e de práticas como a poligamia e a antropofagia revelam o processo de deculturação em favor da introdução de novos valores culturais.⁵³

A implantação das reduções na região do Paraguai, mesmo que amparadas e incrementadas pela estrutura dominante da sociedade espanhola, sofreu uma série de limites. Numa região de economia natural, impedir a utilização da mão-de-obra indígena significava impossibilitar a produção local.⁵⁴ Como os jesuítas buscavam o monopólio da mão-de-obra indígena, entraram em confronto direto com os interesses dos colonos. Por outro lado, os próprios jesuítas deveriam livrar os índios que prestavam serviço pessoal em seus domicílios.⁵⁵ Assim, se os encomenderos e os próprios padres jesuítas destruíram o modo de produção indígena na primeira fase da colonização da América, gerando a subjugação e a revolta dos índios, as reduções buscavam, através da persuasão e da valorização de alguns costumes e práticas tribais dos guaranis, um sistema de produção que respondesse às exigências dos índios e se apoiasse nos interesses políticos, religiosos e financeiros da Espanha.⁵⁶ As práticas de exploração e de subjugação dos índios pelos colonos paraguaios e pelos paulistas, que resultaram na desestruturação da vida tribal e no confronto de valores civilizatórios,⁵⁷ criaram condições objetivas para que a proposta missioneira tivesse receptividade e fosse implantada em meio aos índios guaranis.

5 — O modelo reducional: estrutura e enquadramento

A introdução de um tipo de economia comunal, com o aproveitamento de elementos da cultura comunitária indígena, aliados a uma rígida disciplina interna nas reduções, constitui-se em solução para uma região em atrito e de quase inexistência de economia de mercado. O tipo de economia a ser implantado nas reduções sofreu forte determinação da projeção ideológica que se fazia sobre o índio na época. A teologia colonial, que considerava os índios como crianças, buscava redimi-los da escravidão e, ao

mesmo tempo, entendia que a sua cristianização e civilização só se fariam possíveis, através de um controle rígido e de uma assistência permanente. Os recursos humanos e materiais da Espanha e a própria situação vivencial dos índios implicava, portanto, que este controle fosse feito num sistema comunitário e não individual.

A economia comunal era muito praticada na Espanha e em outros países da Europa.⁵⁸ Da mesma forma, a existência de comunidades religiosas autônomas não interferia na unidade política do império espanhol, uma vez que esta autonomia só tinha significado em relação às estruturas sociais circundantes. No plano político global, as instituições religiosas deram consistência e responderam aos mesmos interesses sustentados pelo Estado. A formação de comunidades cristãs, religiosas, constituiu-se, pois, em uma estratégia de expansão política da Espanha, que concebia no bom cristão um cidadão apto e submisso à coroa.⁵⁹ A cristianização dos índios implicava na sua subordinação ao Rei da Espanha que era o chefe da igreja missionária. Assim, esta subordinação fazia dos índios também súditos do rei no plano político.

Neste contexto e sob estas bases jurídico-políticas devem ser entendidas as missões jesuítico-guaranis. Os reis católicos tanto da Espanha, quanto os de Portugal, eram como que vigários da Sede Apostólica, ordenando a fundação de igrejas, indicando os seus ministros e orientando o ensinamento e a cristianização dos povos dos seus novos domínios.⁶⁰ Os jesuítas eram, nesta perspectiva, verdadeiros funcionários dos reis, que eram seus supremos chefes políticos e religiosos. O poder delegado a eles de estabelecer reduções e de integrar a sociedade tribal no mundo colonial transformou-se, depois de estruturadas as reduções, em um poder de função, onde os padres buscavam uma forma de articulação entre o Estado colonial e as comunidades primitivas.⁶¹ É nesta tentativa de articulação que se estabeleceu aquilo que comumente é denominado de experiência singular no movimento de colonização da América. As reduções de fato se firmaram a partir das experiências comunitárias das tribos guaranis. O monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos, na expressão de Gramsci,⁶² em momento algum da experiência reducional deixou prevalecer os interesses dos índios. Tudo era feito e justificado em nome da Religião e do Estado.

Os jesuítas promoveram uma revolução social e econômica na sociedade tribal dos guaranis. Valendo-se da "tática da generosidade", pela qual distribuíam víveres e objetos providos do resultado do trabalho coletivo exercido na propriedade comunitária, conseguiram impor seu poder. Assim, introduziram o sistema de prestação e contraprestação de serviços, que regulava as relações dos chefes indígenas com os membros da comunidade.

Os jesuítas assumiram nas reduções as funções de líderes e chefes religiosos e por extensão de chefes políticos. Este poder não foi exercido sem lutas e limitações. Para tanto, foram obrigados a sobrepor o seu poder ao dos pagés, que foi alcançado graças a elaboração social de uma elite dirigente configurada em torno do cacicado.⁶³ As demais funções que foram estabelecidas nas missões já vinham reguladas pelas Leys de Índias e pelas Células Reais.⁶⁴ O próprio relacionamento interno dos padres com os índios era orientado e ordenado pelos superiores da Companhia de Jesus, que nunca se distanciaram das regras estabelecidas pelo Império.⁶⁵ A determinação dos padrões de organização social, política e econômica teve, pois, suas raízes profundamente arraigadas na estrutura dominante da sociedade espanhola. Os devaneios históricos, que pretendem classificar as reduções como uma organização jurídica e política autônoma, carecem de total e absoluta fundamentação. As missões não podem ser apreendidas fora do contexto histórico em que ocorreram. Regina Gadelha admoesta que "o todo da história tem que dar conta de vários aspectos determinantes para a sua compreensão, e que vão desde a geografia até a etnografia e a etnologia, passando pelo político, pelo econômico, pelo estudo das mentalidades e diferenças de interesses existentes entre os homens que participaram da epopéia da colonização. . .".⁶⁶

Longe de se constituírem em fatos isolados, as reduções representaram, no contexto da colonização, uma extensão dos interesses imperiais da Espanha. Buscavam introduzir os índios na estrutura da sociedade e da produção coloniais, ao mesmo tempo que visavam, através de núcleos sólidos de povoamento, com uma estrutura de defesa organizada, possibilitar a garantia dos domínios da Espanha na América.⁶⁷ No plano econômico, a existência da propriedade comum também não indica que houve um socia-

lismo missioneiro.⁶⁸ A propriedade comum, *tupambaé*, era um sistema que permitia obter os produtos necessários para pagar os tributos, cobrir as taxas municipais e as despesas do culto, socorrer aos pobres e subvencionar as necessidades essenciais de todos os índios.⁶⁹ Constituía-se em uma espécie de garantia mínima capaz de sustentar a iniciativa reducional. Por outro lado, o acompanhamento individual dos padres a cada índio para introduzi-lo nas novas formas de trabalho se faria impossível. A propriedade comum tinha, pois, além de garantir o funcionamento das reduções, um caráter pedagógico e social. Preservou-se nela o trabalho coletivo, em função da vida tribal dos índios, mas a orientação foi dada no sentido de introduzi-lo nas formas e nas relações de produção da sociedade global europeia. Assim, significou uma espécie de campo de ensaio da passagem do modo de produção tribal para o capitalista. A competição passou a ser uma prática comum usada pelos jesuítas neste regime de trabalho.

As reduções, que se instalaram numa região onde o comércio de base monetária era quase inexistente, foram obrigadas a se estruturar de tal forma que fossem capazes de prover as suas necessidades básicas a partir da sua própria capacidade de produção. Concebidas como um projeto social que tinha por fim a solução dos conflitos coloniais resultantes da questão da mão-de-obra entre colonos espanhóis e índios, as missões buscavam viabilizar a empresa da colonização do novo mundo sem onerar os cofres do Império.⁷⁰ Reduzir os índios significava introduzi-los no sistema espanhol, tanto no sentido sócio-político, quanto econômico. As reduções buscavam formar e ganhar para o Império e para a Igreja um cidadão hispano-cristão, capaz de defender os interesses da sociedade global espanhola. Estes interesses se configuram em torno do plano sócio-político e perpassam o econômico, que juntos encontram sua justificativa no ético-religioso.

Se a organização da infra-estrutura de produção econômica obedeceu a certas peculiaridades nas reduções em função da própria organização tribal em que viviam os índios e das condições objetivas encontradas pelos jesuítas, não é possível que se entenda, a partir daí, um sistema econômico próprio para as reduções.⁷¹ Muito mais foram elas uma forma de salvaguardar o potencial de mão-de-obra, que pelos bandeirantes e colonos para-

guaios estava sendo vitimado e transformado em força antagônica à colonização do que a organização de uma nova estrutura dissonante com o sistema colonial. A dependência política, jurídica e religiosa da sociedade global hispano-cristã, não permite reconhecer nas reduções uma estrutura organizacional autônoma. Para quem toma contato com as Cédulas Reais do século XVI, com as Leys de Índias e com as próprias cartas Ânua, há de descobrir que as reduções obedeceram a um plano missional rigorosamente estabelecido pela estrutura dominante da sociedade da Espanha, que buscava consagrar o projeto colonial com a cooptação dos povos nativos da América. Tornar os índios cristãos e introduzi-los nos costumes e nas práticas da sociedade espanhola significaria estender os domínios da Espanha para a América.

CONCLUSÃO

As reduções representaram um projeto de sociedade colonial que caracterizou a intervenção direta da estrutura dominante da sociedade espanhola (igreja e Estado) no processo de colonização das terras do Novo Mundo, uma vez que a iniciativa privada havia caído de imediato no vício da escravização dos índios. Embora os jesuítas admitissem a escravidão dos índios e dos negros, em guerra justa, bem como o sistema de encomienda, começaram, contudo, a defender os índios dos encomenderos, no momento em que os conflitos coloniais colocaram em risco a empresa da colonização e o Estado espanhol recebeu duras críticas da intelectualidade europeia quanto ao seu método de colonização. Estas críticas fundamentaram-se em questões jurídicas e teológicas que afirmavam que o Papa não teria o direito de se intrometer nas questões relativas ao poder temporal e que a Espanha não tinha o direito de subjugar arbitrariamente os povos índios da América. Estes povos, segundo estas críticas, teriam o direito de autodeterminação, e só com o seu livre consentimento poderiam ser submetidos à jurisdição do Estado espanhol.⁷² Neste sentido, as missões jesuítico-guaranis, além de se apresentarem como uma solução para o problema da mão-de-obra, gerado em torno da exploração do colono espanhol e do

paulista sobre o índio, constituíram-se em uma estratégia de cristianizar e fazer dos índios súditos da Espanha.

Neste contexto, as reduções não só se inseriram no plano econômico e político da sociedade global espanhola, como responderam aos interesses da estrutura dominante desta sociedade. Solucionar os conflitos coloniais, integrar, de forma pacífica, o potencial de recursos humanos existentes na América no sistema de produção e defesa coloniais e garantir a hegemonia do Estado espanhol e da igreja católica na América eram fatores básicos que concorreram para a estruturação das missões jesuíticas na região do Paraguai. O Paraguai era uma área vulnerável não só pela estrutura da colonização incrementada ali, como pelo ponto estratégico que representou tanto para a expansão dos movimentos coloniais da Espanha quanto para os de Portugal.

O processo de colonização iniciado no Paraguai com a implantação do sistema de "encomiendas" começou a contrariar os interesses da estrutura social dominante da sociedade espanhola, uma vez que colonos e comerciantes paulistas moveram ação combinada em torno da exploração da bacia de mão-de-obra nativa. Os conflitos resultantes entre os colonos e os padres missionários, em torno da questão da mão-de-obra indígena, eram decorrentes das próprias divergências de interesses que havia no seio da sociedade global espanhola.

Para que se possa ter uma visão histórica mais aproximada do sentido global das missões jesuítico-guaranis, torna-se necessário relacionar as diversas estruturas que integraram a experiência reducional, analisar a sua dinâmica interna e seus movimentos de ação e reação no todo. Se se tomar cada uma isoladamente, sem inseri-la no contexto e relacioná-la com as outras estruturas, muito facilmente pode-se chegar a conclusões que privilegiam as reduções como: uma república "comunista" cristã ou um Estado teocrático, ou mesmo como um socialismo típico.

A organização das reduções em momento algum fugiu das diretrizes institucionais da sociedade espanhola. Projetou sobre os guaranis a estrutura moral e cultural desta mesma sociedade e procurou introduzir os índios nos costumes e nas práticas hispano-cristãs. O que houve foi uma reciprocidade de influências. Os

limites do meio e a forte determinação a partir da estrutura tribal da sociedade indígena, compreendida e assimilada pelos jesuítas, imprimiram nas reduções um caráter singular. O grande esforço que os jesuítas empreenderam de adaptar os índices às estruturas sociais espanholas fez com que a sociedade reducional tomasse feições da sociedade tribal e da sociedade espanhola.

NOTAS

- * Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, de Santa Rosa e mestrando de História da Cultura da PUCRS.
1. LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão – historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 43.
 2. Id. *Ibid.*, p. 29.
 3. Cf. CARR, Edward Hallet. *Que é história?* 2.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 34.
 4. GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977, p.125.
 5. BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. 4.ed., Lisboa, Editorial Presença, 1982.
 6. CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. 3.ed., São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 39 e ss.
 7. CARR, *op. cit.*, pp.23-25.
 8. BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1965, pp.25-30.
 9. CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.183.
 10. VILAR, Pierre. “Marx e a história”. In: HOBBSBAWN, Eric J. *História do marxismo I*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 93.
 11. Entende-se aqui a Província do Paraguai, que numa classificação mais criteriosa compreendia as missões do Paraná, do Itatim, do Uruguai e do Paraguai. A província estendia suas fronteiras sobre parte do Brasil, sobre o Paraguai, o Uruguai, a Argentina e uma porção da Bolívia. As missões do Paraná situavam-se em território hoje pertencente na sua quase totalidade ao atual Estado do Paraná, na Região denominada Guairá; as do Itatim fixaram-se no sudoeste do pantanal mato-grossense; as do Uruguai concretizaram-se em território hoje pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul e da República Argentina; e as do Paraguai naquele país hoje assim denominado e, por extensão, na Bolívia.
 12. KERN, Arno Alvarez. “As tendências atuais das ciências históricas”. In: *Revista de Ciências e Letras*, nº 2, março de 1982, p. 65.
 13. Entende-se por unidade histórica um conjunto de elementos que caracterizam uma nação, um povo ou um agrupamento humano em período histórico determinado, ou pode ser definido, ainda, como um sistema sócio-cultural. Cf. KERN, *loc. cit.*
 14. SHCAFF, Adam. *História e verdade*. Lisboa, Estampa, 1970, p. 113.

15. BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. 4.ed., Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp.9-13.
16. Sobre a questão cf. CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp.183 e ss.
17. Cf. RECOPIACIÓN DE LEYS de los Reynos de Índias. Tomo I, Madrid, Consejo de Hispanidad, 1943, Libro I, Título I.
18. A estrutura dominante da sociedade espanhola era configurada em torno da Igreja e do Estado, cuja autoridade e cujos interesses se fundiam numa só unidade.
19. Confira-se: PEREIRA, Juan de Solorzano. *Política Indiana*. Madrid, 1648.
20. VILAR, Pierre. "Marx e a História". In: HOBBSAWN, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.93.
21. Cf. BRAUDEL, op. cit., pp.135-143.
22. Cf. GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977, pp.123 e ss. Confira também: KERN, loc. cit., p.64.
23. MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ÂNGELIS. Doc. XXV. Cópia de uma carta do governador de Tucumã para Frei Gabriel de Valência, franciscano, mas egresso da Companhia de Jesus, pedindo notícias sobre esta, com a respectiva resposta, contendo informes muito particulares sobre toda a Província Jesuítica do Paraguai e as atividades dos seus membros – 26.IV.1657-8.V.1567. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1952, pp. 256 e 257.
24. CHAUNU, Pierre. *A América e as Américas*. Coleção Rumos do Mundo, vol. VIII, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Cosmos, 1969, p. 29.
25. WEBER, Max. *História geral da economia*. São Paulo, Mestre Jou, 1968, pp. 229-30.
26. Cf. SCHILLING, Kurt. *História das idéias sociais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
27. GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 247.
28. HAUBERT, Maxime. "Bons sauvages et bonne nouvelle au Paraguay". In: *Revue Tiers Monde*, t. XIX, nº 75, Juillet-septembre, 1978, p. 475.
29. KERN, Arno A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, pp.149-203.
30. GADELHA, op. cit., p. 299.
31. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
32. HAUBERT, op. cit., pp. 474 e ss.
33. Vide GADELHA, op. cit., pp.135 e ss.
34. Id. *ibid.*
35. Confira-se a este respeito: MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ÂNGELIS. Doc. LIV. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.
36. CEDULÁRIO INDIANO. Recopilado por: ENCINAS, Diego de. Libro IV, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, 1946, pp. 325 e ss. Vide cédula de 1589 que prevê os ofícios de protetores dos índios.
37. GADELHA, op. cit., pp. 98 e 99. Para Meliá a relação estabelecida pelos cristãos com os cario-guarani, em 1537, a partir da casa forte de Assunção tipificou um modo de contato que pode considerar-se paradigmático para toda a primeira etapa colonial. MELIÁ, Bartomeu. "La entrada en Paraguay de los otros Ka-

- raí". In: *Contribuições à Antropologia em homenagem ao professor Egon Schaden*. Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, vol. 4, São Paulo, 1981, p.158.
38. HAUBERT, op. cit., p.472.
39. RECOPILACIÓN . . ., op. cit., Libro I, Título I.
40. STORNI, Hugo. "El P. Diego de Torres Bollo". In: *Cadernos monásticos*, nº 10, Buenos Aires, 1975, p. 454.
41. CORTESÃO, op. cit., p.5.
42. MELIÁ, op. cit., p.159.
43. Id. *ibid.*, p.160.
44. GADELHA, op. cit., p.194.
45. MELIÁ, Bartomeu, "Las reducciones jesuíticas del Paraguay: un espacio para una utopia colonial". In: *Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Misioneiros*. Santa Rosa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1977, p.188.
46. HAUBERT, op. cit., p.473.
47. Este interesse se evidencia nas próprias ordenanças reais que firmam que "primeiro há de se fazer dos índios cristãos para depois torná-los súditos do rei". RECOPILACIÓN . . ., op. cit., Libro I, Tít. I, Lei 1ª.
48. Cf. MELIÁ, Bartomeu. "El 'modo de ser' guaraní en la primera documentación jesuítica (1559-1639)". Roma, Archivum Historicum Societatis Iesu, 1981. Sobre a mitologia dos guarani é imprescindível a obra de CADOGAN, León. *Ayvu-Rapyta - textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1959.
49. VILAR, Pierre. "O acontecimento em história social (discussão)". In: *História Social - problemas, fontes e métodos - colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud*. Lisboa, Edições Cosmos, 1965, p. 63.
50. METREAU, Alfred. *Religion y magias indígenas de América del Sur*. Madrid, Aguilar, 1973, pp. 4-7. Cf. também: QUEIROZ, M. I. Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
51. GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. "As missões do Itatim: modelo sócio-econômico". In: *Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Misioneiros*. Santa Rosa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1979, p.147. Confirma também: KERN. *Missões: uma utopia política*.
52. CARR, Edward Hallet. *Que é história?* 2.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 32.
53. MELIÁ, Bartomeu. "El 'modo de ser' guaraní. . .", loc. cit., pp.224 e ss. Os fundamentos antropológicos da cultura guarani devem ser estudados também em: SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. 3.ed., São Paulo, Editora Pedagógica Universitária, 1974.
54. GADELHA, "As missões do Itatim: modelo sócio-econômico, cit., p. 149.
55. STORNI, op. cit., p. 455.
56. Uma questão que deve ser tomada em consideração, quando se trata de investigação e de estudo do processo de colonização da América, é que a religião e a política figuraram num plano ideológico só. O Rei era, ao mesmo tempo, chefe da Igreja e chefe do Estado. Em se tratando das reduções jesuítico-guaranis, este aspecto toma importância maior ainda, uma vez que se tratando de uma iniciativa religiosa, a primeira vista, ela cumpre, contudo, os interesses políticos da sociedade dominante da Espanha. Tanto as Cédulas Reais, quanto as cartas privadas fazem da política e da religião uma histórica só. Esta questão

- poderá ser aprofundada em: Bayle, Constantino. *La expansión Missional de España*. Barcelona, Editorial Labor, 1946.
57. Os documentos de números XLVI e LIV dos Manuscritos da Coleção de Ângelis. In: CORTESÃO, op. cit., retratam largamente a questão da subjugação dos índios do Paraguai e a questão do apresamento de índios destinados ao comércio de escravos.
 58. Vide nota no 28.
 59. Nesta linha de reflexão recomenda-se a leitura de: SIERRA, Vicente D. *El sentido misional de la conquista de América*. Madrid, Consejo de la Hispanidad, 1944. E ainda: SAMUDIO, Nicolás García. "El descubrimiento espiritual de América". In: *Revista Índias*, nº 45, Madrid, Instituto "Gonzalo Fernandes Oviedo", 1951.
 60. Cf. BAYLE, op. cit., p. 23.
 61. HAUBERT, op. cit., p. 475.
 62. Id. *ibid.*, p. 473.
 63. Vide: GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp.3-23. O cacicado era uma espécie de atividade primitiva do tipo social novo que tinha como função organizar a sociedade em geral segundo a proposta reducional.
 64. BAYLE, Constantino. "Cabildos de índios en la América Espanhola". In: *Missionalia hispanica*. Nº 22, Año VIII, Madrid, 1951. Vide também: Cedulário... op. cit., Libro III.
 65. RABUSKE, Arthur. "A doutrina de Juli: modelo reducional". In: *Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1975, pp. 11-19. Neste estudo estão transcritas as orientações iniciais do Pe. Diego de Torres Bollo aos missionários do Guairá, que indicavam as providências a serem tomadas para a fundação das reduções.
 66. GADELHA, "As missões do Itatim: modelo sócio-econômico", cit., p. 148.
 67. Também no plano militar as reduções não se distanciaram dos interesses imperiais da Espanha. Os índios guaranis das reduções muitas vezes prestavam serviços aos exércitos espanhóis, o que em decorrência vai fazer uma certa organização militar no âmbito das reduções. Consulte-se a este respeito: KERN, *Missões: uma utopia política*, cit. A organização da defesa nas reduções pode ser deduzida, ainda, da acusação da existência de armas nas reduções pelo governador de Assunção. In: CORTESÃO, Jaime. *Bandeirantes e jesuítas no Guairá*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.
 68. Décio Freitas sustenta que nas missões houve um socialismo típico determinado a partir da própria estrutura interna das missões. Confira-se: FREITAS, Décio. *O socialismo missionário*. Porto Alegre, Movimento, 1982, p. 44.
 69. HAUBERT, op. cit., p. 484. Sobre a organização da propriedade nas reduções. Confira-se também: BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos missionários*. Porto Alegre, EST/Sulina, 1978.
 70. Moacyr Flores faz uma observação interessante sobre a questão em foco, quando diz que as reduções interessavam ao Estado, pois assim os gastos com armas e soldados para a conquista não passariam a existir. A conquista através da religião tinha um caráter missional e a perda de um missionário na obra da cristianização significaria o ganho de mais um mártir para a Igreja. Vide: FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre, EST, 1983, pp. 15 e ss.

71. Geralmente as tentativas que se fazem para provar algum tipo de independência das missões, seja no plano político ou seja no econômico, não consideram o conjunto e a complexidade de relações que determinaram a estrutura das reduções. Partem de teorias que se ajustam ou que buscam ajustar as condições internas das reduções a modelos pré-concebidos. Neste sentido confira-se. LUGON, Clóvis. *A República "comunista" cristã dos guaraní (1610-1768)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. E ainda: FREITAS, op. cit.
72. SAMUDIO, op. cit., pp. 489-99.